

Francisco Iglésias e a literatura – o caso Fernando Pessoa

Silviano Santiago

“Lenin liked to point out that one could often get crucial insights into one’s own weaknesses from the perceptions of intelligent enemies”.

Slavoj Zizek, *The art of the ridiculous sublime*

A relação de Francisco Iglésias com a literatura não é passageira, nem estritamente profissional ou disciplinar. Não é tampouco produto de acidente tardio na sua vida nem consequência de viés inesperado na sua pesquisa historiográfica. A literatura faz parte da sua formação de historiador, ou, de maneira mais ampla, da sua “educação sentimental”, para retomar o título famoso do romance de Gustave Flaubert. Não terá sido por coincidência que, no ano em que se gradua em História pela Universidade (Federal) de Minas Gerais, aproxima-se do grupo de jovens ficcionistas, poetas e artistas mineiros, que idealiza e publica em janeiro de 1946 o primeiro número da revista *Edifício*. Estará presente nas páginas dos poucos e sucessivos números da revista.

Com capa de Heitor Coutinho e epígrafe - “E agora José?” - tomada de empréstimo a poema de Carlos Drummond de Andrade, o primeiro número de *Edifício* traz, no Índice, os nomes de jovens e promissores talentos associados aos de escritores já conhecidos. Citemos alguns: Valdomiro Autran Dourado, Vanessa Neto, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Wilson Figueiredo, Jacques do Prado Brandão, Otávio Alvarenga, J.

Etiene Filho. O título de uma das colaborações se destaca pelo insólito: “Os pensamentos perigosos”. Autor: Francisco Iglésias.

O nome da revista era também óbvia alusão a versos de outro poema de Drummond, “Edifício esplendor”. Ao final deste, podemos ler: “ - Que século, meu Deus! Diziam os ratos./ E começavam a roer o edifício.” De Drummond são ainda as palavras que abrem o primeiro número: “Esboço para apresentação de *EDIFÍCIO*”. A já citada epígrafe da revista, tomada de um dos mais famosos poemas do itabirano, constata e enumera as frustrações de uma geração diante do legado que recebem dos mais velhos e, ao interpelar cada leitor à queima-roupa, conclama-o à ação lúcida no presente: “o dia não veio./ o bonde não veio./ não veio a utopia/ e tudo acabou/ e tudo fugiu/ e tudo mofou./ e agora, José?” Mais velhos e mais moços, os leitores do poema são todos artistas e intelectuais sobreviventes dos anos de chumbo do Estado Novo e, como tal, ainda podem caminhar. Insiste o poeta, transformando o tom pessimista das enumerações em abertura para a esperança: “José, para onde?” O poeta espanhol Antonio Machado ensinava: “Caminante, no hay camino/ se hace camino al andar...// Golpe a golpe, verso a verso”.

Se o desesperançado Mário de Andrade foi o patrono dos jovens da revista *Clima* (maio de 1941 a novembro de 1944), o esperançoso Carlos Drummond o foi da revista mineira.

Os José mineiros, à semelhança do seu homônimo acariocado, tinham saído, no país, da repressão e da censura impostas pelo Estado Novo e, lá fora, dos horrores causados pela Segunda Grande Guerra. A luta contra o nazi-fascismo dentro e fora do país era a tônica. Drummond é o poeta que elegem como espécie de salvo-conduto para as lides estéticas e políticas no difícil e lento processo de redemocratização por que deveria passar a nação. Amaro de Queiroz, tomando assento ao lado dos jovens autores brasileiros presentes na *Plataforma da nova geração*, conjunto de entrevistas publicadas por Mário Neme em 1945¹, escreve no número 2: “A novíssima geração, ao contrário da modernista, é muito mais política do que estética”. Neste número da revista, publicado em fevereiro do mesmo ano, Francisco Iglésias proclama: “Agora não tenho dúvidas em afirmar que foi a leitura dos autores marxistas o que mais me marcou no sentido de orientação”. Aquele “agora” era, ao mesmo tempo, sinal de alívio e afirmação de um pensamento enfim liberto. O “sentido da orientação” no presente, suas leituras, era a resposta que o talentoso licenciado em História dava à indagação do poema e à epígrafe da revista.

Naquele momento histórico, Drummond foi unanimidade nacional. Em resposta à enquête feita por Mário Neme, o então jovem Antonio Candido se

entusiasma: “Carlos Drummond representa essa coisa invejável que é o amadurecimento paralelo aos fatos; o amadurecimento que significa riqueza progressiva, e não redução paulatina a princípios afastados do Tempo. Por isso, Mário, eu acho que tem mais sentido a maturidade de um homem como Drummond do que o verdor quase sempre desnortado e não raro faroleiro de todos nós”. Antes afirmara: “Carlos Drummond é um dos homens da ‘outra geração’, da tal que você quer que nós julgemos. No entanto, não há moço algum que possua e realize o sentido do momento como ele”². A lua de mel de Drummond com a esquerda irá terminar durante o 2º Congresso Brasileiro de Escritores, iniciado no dia 12 de outubro de 1947, em Belo Horizonte. Segundo o testemunho do poeta, nas reuniões o “espírito sectário” levou de vencida o “espírito democrático”. Sobre o racha ideológico e a sua opção, informa Drummond em páginas do diário: “Nenhum de nós queria impedir o direito de os comunistas se manterem organizados em Partido e exercendo atividade política renovadora. Mas eles pouco entendiam o nosso ponto de vista, se é que, entendendo-o, preferissem fingir o contrário”³.

Diante do quadro sumariamente esquematizado, era de se esperar que Carlos Drummond fosse a figura literária que iria absorver a preocupação do jovem historiador, às voltas com o “sentido” - para retomar um vocábulo caro a Caio Prado Jr. e aos seus discípulos - do momento político e social. Basta lembrar poemas como “Nosso tempo”, ou “Os bens e o sangue”, para dar-se conta de que caíam como a sopa no mel sobre as preocupações confessadas de Francisco Iglésias - a História econômica, a História de Minas Gerais, com algumas incursões na História do Brasil⁴. Possíveis e necessários ensaios sobre o poeta de *A rosa do povo* dariam continuidade às preocupações mais legítimas do historiador e, indiretamente, aos ensaios selecionados para a sua primeira grande coletânea.

Iglésias opta pela solução de continuidade. Confessa ele em prefácio a *História e ideologia*: “Não se veja, no caso dos autores [estudados], busca de identificação pessoal: com dois deles, por exemplo, temos mais distância que proximidade - como se dá com Fernando Pessoa, ou, sobretudo, Jackson de Figueiredo, com os quais, ideologicamente, nada temos a ver” (HI, 11). No primeiro caso, sobressaem “o misticismo e o messianismo, modos irracionais, ainda que expressos por um poeta de gênio como Fernando Pessoa”. No segundo caso, “o pensamento reacionário, fruto da falta de sentido histórico - expresso por Jackson de Figueiredo” (HI, 14). Os dois autores estudados optam por temas e pela defesa de idéias que contrastam com o abecedário historiográfico marxista do autor e contra ele se chocam.

De onde o fascínio pela distância em relação ao objeto? De onde o interesse profundo pela face vencida da moeda ideológica? Qual a razão para se escrever criticamente sobre o avesso do *sentido* da história?

A primeira resposta a essas perguntas foi enunciada, ainda que de maneira sucinta, pelo próprio historiador. Em dado momento, diz que messianismo e irracionalismo políticos “são momentos para a compreensão do presente”; em outro, acrescenta que o pensamento reacionário de Jackson “exerceria influência em seus dias e mesmo depois” (HI, 14). A *atualidade* como objeto ecoa, em tom pessimista, o Drummond do poema “Mãos dadas”⁵. Iglésias, no entanto, não tematiza a simpatia entre sujeito e objeto, antes a antipatia, ou seja, o alvo da sua escrita ensaística é a distância entre pontos de vista opostos. As exigências da atualidade progressista se esbatem contra o legado de muitos dos melhores. Iglesias tematiza a memória do arcaico e a diferença, para delas extrair forças para transpor obstáculos concretos e instaurar a racionalidade histórica. A análise do presente em vias de transformação democrática não prescinde do conhecimento e estudo da face vencida da moeda política e do avesso progressista. Tese incômoda, sem dúvida, para os simpáticos fogueteiros de plantão e, mais incômoda ainda, para os festivos esquerdistas que seriam legião no pós-64, como tão bem retratou Antônio Callado no romance *Bar Don Juan*.

Segundo o colega de geração e amigo Jacques do Prado Brandão, no mesmo ano em que se insere no grupo *Edifício*, Iglésias se aproxima do quadro acadêmico paulista e nele também tenta inserir-se. Já em São Paulo, por um golpe do acaso, passa a trabalhar na prestigiosa Livraria Jaraguá, então de propriedade de Alfredo Mesquita. Este, em texto memorialista, lembra os áureos tempos da livraria. Escreve Alfredo:

Durante a longa viagem aos Estados Unidos e à Europa, substituiu-me na direção o amigo Francisco Iglésias, mineiro, bolsista da USP, posteriormente professor da Universidade de Minas, considerado por um dos seus Reitores como a maior cabeça daquela instituição⁶.

Os melhores amigos paulistas de Iglésias, segundo Jacques, são Antonio Candido, Lourival Gomes Machado e Paulo Emílio Sales Gomes. Trata-se de matéria ainda nebulosa, mas depreendemos das poucas informações que seus novos amigos são escritores, críticos e jovens professores, que fizeram parte da revista *Clima*⁷. Se a hipótese for verdadeira, teremos de dar conta, na formação intelectual de Iglésias, de outras relações *perigosas*, para usar adjetivo do seu

agrado - as que mantém com os jovens intelectuais e universitários paulistas e o seu ideário político.

Tomemos Antonio Candido como guia, já que antes o fora na compreensão do peso e valor da poesia de Drummond nos dois anos que se seguiram à derrocada da ditadura Vargas. Ele nos vai fornecer valiosa pista para mostrar como um quartel de século depois da formatura e da experiência *Edifício*, em dois ensaios da coletânea *História e ideologia*, Iglésias se apega às suas origens pelo viés paulista⁸. Escreve Candido a Mário Neme:

Aliás, se você me perguntar qual “o” dever específico de nossa geração, eu não saberei responder. Mas se me perguntar qual poderia ser, no meu modo de sentir, um rumo a seguir pela mocidade intelectual no terreno das idéias, eu lhe responderei, sem hesitar, que a nossa tarefa máxima deveria ser *o combate a todas as formas do pensamento reacionário*.

Nos domínios da inteligência, Mário Neme, a Reação assume os aspectos mais díspares e mais cavilosos. Se insinua por todo canto. E, num trabalho monumental de obstrução, - *tanto mais monumental quanto exercido inconscientemente por muitos intelectuais*, - breca em todas as curvas a expansão do progresso humano e da inteligência livre. (PNG, 37, grifos nossos).

Em seguida, Candido declina os três caminhos do pensamento que, no Brasil, são altamente tendenciosos: “as filosofias idealistas, a sociologia cultural e a literatura personalista”. Sobre a segunda, personificada pelas últimas obras de Gilberto Freyre, dirá uma das suas frases de maior efeito político: “aí está um caso em que o método cultural carrega água para o monjolo da Reação” (PNG, 39).

Dentro desse contexto, tomemos como exemplar o caso Fernando Pessoa (1888-1935). Nosso fim é o de depreender do ensaio pioneiro sobre o programa político do poeta português uma metodologia de leitura da obra literária pelo historiador Francisco Iglésias.

A originalidade da abordagem do texto literário pelo historiador reside no fato de que ele inverte os procedimentos tradicionalmente estabelecidos pelos cientistas sociais na análise e avaliação do fenômeno artístico. Para se restringir aos limites deste trabalho, digamos que o texto propriamente literário é sempre lido por eles a partir do contexto econômico, social e político que o informa. É difícil encontrar um historiador que, diante do levantamento e análise de um contexto arcaico ou reacionário, que alicerça ideologicamente as

premissas dramatizadas numa obra literária, julgue a esta digna de interesse para os contemporâneos e os pósteros. É dura e contundente, muitas vezes definitiva, a avaliação que fazem do autor e da obra. O adjetivo que apõem tanto a um quanto à outra é sempre o de reacionários. Romancistas e poetas de pensamento reacionário são dignos do desprezo da história e de todos.

Iglésias inverte os procedimentos. Ele contextualiza a leitura da história pelo texto literário para incriminar aquela e salvar a este. Em lugar de nos levar a concluir que Fernando Pessoa é apenas mais um poeta moderno reacionário, à semelhança do que foi dito e escrito, por exemplo, sobre Ezra Pound, afirma que é ele “o maior poeta da língua portuguesa”. Ao inverter os procedimentos clássicos, Iglésias pode ser impiedoso, e o é, na análise do reacionarismo político de Fernando Pessoa sem, no entanto, arranhar ainda que de leve a alta qualidade da sua poesia⁹. A fim de operar a inversão metodológica, Iglésias assume, num primeiro momento, restrições que devem ser interpretadas com certo cuidado. A primeira restrição aparece sob a forma de exclusão. Diz ele que não vai abordar a poesia de Fernando Pessoa; tratará, antes, do seu pensamento político, ou melhor, corrige-se ele, vai tratar dos “estudos e anotações de natureza política que deixou ou [das] atitudes políticas que assumiu” (HI, 236, v. também 245, 290)¹⁰. A segunda restrição aparece sob a forma de limite disciplinar. Diz ele que, diante da complexa e multifacetada obra de Fernando Pessoa, não trabalhará como crítico literário, mas como “estudioso da história das idéias”.

Ambas as restrições são em parte verdadeiras e em parte falsas, mas fazem parte de uma sofisticada estratégia de leitura do texto literário por um historiador. Tanto é verdade que as duas restrições não são totalmente verdadeiras, que começa a análise do seu objeto pelo estudo da heteronímia do grande poeta cuja origem, como se sabe, é de fundo histero-neurastênico. Iglésias afirma com tranqüilidade que iniciará o ensaio sobre o pensamento político de Pessoa por abordar a questão de maneira paradoxal, ou seja, pelo modo como o poeta encontrou na multiplicidade dos nomes a sua unidade. É, pois, pelo viés inusitado da análise da produção literária que começa a “explicar as idéias e posições políticas” do pensador português. Em página posterior consignará de maneira definitiva o modo como encara a *identidade* do poeta: “Em vez de significar limitação – a falta do encontro da Unidade –, traduz riqueza – a multiplicidade coerente e autêntica. Na divisão é que [Fernando Pessoa] se encontrou e se afirmou” (HI, 242-3).

Antes de pôr as idéias políticas reacionárias de Pessoa contra a parede, Iglésias analisa a questão dos heterônimos, valendo-se da melhor bibliografia

então à disposição do historiador. Dessa forma, pôde o historiador estabelecer com toda clareza o *princípio da contradição entre discursos dogmáticos* como traço fundamental para explicitar o contraste irremediável que existe entre os valores estéticos do discurso poético e os valores ideológicos do discurso político. São duas entidades discursivas que não se casam na obra de Fernando Pessoa e, pelo tom de cada uma delas, guardam autonomia ao mesmo tempo que se afirmam pela contradição¹¹. A avaliação delas pelo historiador virá posteriormente. Aproveitando-se da famosa dicotomia estabelecida por Oscar Wilde, Iglésias concluirá que o gênio de Pessoa está na obra poética, já o talento e certa originalidade, no desenvolvimento das idéias sociais (v. HI. 246). Cita Iglésias trecho de carta que o poeta escreveu a Miguel Torga: “Nunca sou dogmático, porque o não pode ser quem de dia para dia muda de opinião [...]”, para em seguida comentar: isso não impede que “o tom dogmático seja o que mais freqüentemente usa, na prosa e até na poesia” (HI, 238)¹².

De posse desses dados conflituosos e com a ajuda de confissões do poeta e de leituras próprias, Iglésias desce ao profundo da crise existencial do autor moderno, cujas raízes se encontram em Shakespeare e ganham viço em poetas como Antero de Quental, cujo “mal era a histeria”, ou em prosadores como o suíço Amiel, que consignou em diário as tramas que “a impotência da vontade” maquina. A Amiel Pessoa dedicará significativo poema, onde se lê: “Inúteis dias que consumo lento/ No esforço de pensar na ação”. Interessava-lhe o político, mas não a vida partidária (HI, 252). Importante notar que, se no plano literário a “ansiedade de influência”, de acordo com a fórmula de Harold Bloom, é moeda corrente, já no plano dos escritos econômicos, constata Iglésias, “não há citações ou apelos à autoridade de quem quer que seja” (HI, 266). “Meus autores, minhas autoridades”, afirmou Norman O. Brown. Sem autores citados, sem autoridades, o discurso político de Fernando Pessoa é autofágico. O mesmo não acontece com o discurso poético, que se apóia numa erudição monstruosa do legado lírico ocidental.

Antes de ser portanto matéria de importância, antes de ser explicitação do contexto para a leitura dos textos poéticos de Fernando Pessoa, o levantamento do contexto político feito pelo historiador extrapola o leito propriamente literário, que o torna sedutor, e abre as comportas da interpretação para a visualização de um fim mais meritório. A análise do contexto econômico, político e social conduz a ele, historiador, e a nós, leitores, ao melhor conhecimento da *cultura* em que se inserem Fernando Pessoa e a sua obra poética. Fecha-se o círculo hermenêutico sem que se ofenda o brilho literário, embora grande parte da produção discursiva de Fernando Pessoa tenha sido posta à

mostra e explicada pelo historiador das idéias¹³. Fernando Pessoa nada mais seria do que um exemplo a mais na longa história da decadência econômica, política e social da nação portuguesa. Escreve Iglésias:

A nação, que teve a sua plenitude no século XV, quando foi pioneira no mundo, mostrando os mais largos caminhos, não se preparou para aproveitar o que conquistara, não se adequou à nova realidade, mantendo-se presa a velhos padrões; regrediu mesmo, como assinalam os seus melhores intérpretes (HI, 292).

E continua:

Portugal e Espanha é que mais contribuíram para construir a riqueza do período conhecido por Mercantilismo, mas não tiraram da situação criada o devido proveito, que foi para outros – notadamente a Inglaterra e os Países Baixos. É esse um dos momentos e fatos mais importantes da História Moderna (HI, 292).

Diante de tal realidade, é compreensível “o saudosismo [do poeta], como é explicável até que se apresentem doutrinas salvadoras fundadas em mitos, que têm acolhida pelo povo e são *elaboradas por intelectuais*” (HI, p. 293, grifo nosso). O reacionarismo do intelectual, transparente nas formas como elabora doutrinas salvadoras para a nação lusa, antes de ser motivo para a explicação e avaliação da sua obra poética é razão para o historiador investigar e denunciar o contexto retrógrado que paradoxalmente tornou possível aquela vida e aquela obra. Historiador brasileiro e pensadores portugueses se entregariam à mesma tarefa intelectual no plano ideológico: a de “desmistificar – e desmitificar – seu presente e sua História, dando-lhe acento de racionalidade, mas o êxito [da tarefa] ainda não foi obtido”. Daí o retorno à questão do pensamento reacionário em 1971, questão que ainda nos incomoda no ano 2000, brechando a expansão do progresso humano e da inteligência livre, para retomar as palavras de Candido.

Iglésias nos diz que o discurso poético e o das ciências sociais coexistem como discursos dogmáticos na produção de Fernando Pessoa, mas não se situam no mesmo plano. São autônomos e vivem separados. O obra poética não é a causa do reacionarismo; é antes a consequência acidental dos condicionamentos econômicos e sócio-políticos. Iglesias reconhece, como assinalamos, o valor do primeiro discurso pela alta voltagem lírico-sentimental que o poeta

conseguiu imprimir aos versos. Quanto às idéias de Fernando Pessoa sobre as ciências sociais, elas

(...) pouco ou nada representam. Se não chegam a existir para a ciência social, também não contam para Fernando Pessoa enquanto autor – a não ser no aspecto de esclarecimento de sua posição ante problemas sociais. Não lhe enriquecem a obra criadora, mas, para os que amam a sua poesia e se interessam por sua personalidade, a leitura é feita com paixão (HI, 272).

Fascínio pela distância, interesse pela face vencida da moeda ideológica e razão para escrever criticamente o avesso do sentido da História encontram o seu fundamento no amor do historiador pela extraordinária obra poética de Fernando Pessoa.

Como um poeta tão extraordinário pode ser tão reacionário nos seus escritos políticos? Eis o enigma Fernando Pessoa, que só um historiador apaixonado pela literatura pode começar a deslindar.

Agosto de 2000

Silviano Santiago é Ensaísta e Escritor

Notas

1. Para uma leitura daquele momento histórico, no campo das artes, leia-se do autor: “Sobre plataformas e testamentos”, in: Oswald de Andrade, *Ponta de lança*. São Paulo, SP: Globo, 1991, p. 7-22.

2. Mario Neme (org.). *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre, RS: Globo, 1945, p. 31-32. A partir de agora PNG.

3. Continua Drummond: “A idéia de uma associação de escritores livres, sem direção sectária, parece inconcebível para eles [comunistas], que, em vez de convivência pacífica, preferem assumir o domínio pleno da agremiação”. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1985, p. 78.

4. Cf. *História e ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 11. A partir de agora: HI.

5. Os versos finais do poema, “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,/ a vida presente”, esclarecem os iniciais, “Não serei o poeta de um mundo caduco./ Também não cantarei o mundo futuro”. O poema se encontra no livro *Sentimento do mundo*.

6. Alfredo Mesquita, “No tempo da Jaraguá”, in: *Esboço de figura, homenagem a Antonio Candido*. São Paulo, SP: Duas cidades, 1979, p. 43.
7. Para o melhor conhecimento da geração, consultem-se: Antonio Candido, “Clima”, in: *Teresina*¹, etc. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1980, e Heloisa Pontes, *Destinos mistos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998. Numa primeira versão do seu depoimento, posteriormente corrigida, informa Candido: “Éramos ligados também com rapazes de Belo Horizonte [que depois constituíram o grupo da revista *Edifício*], tendo Fernando Sabino sido nosso colaborador” (p. 170). Entre uma versão e a outra, percebe-se o dedo zeloso de algum mineiro.
8. Para o estudo da pista que Candido nos fornece, deve-se consultar o capítulo III de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, SP: Ática, 1977, em particular a seção “Antonio Candido e o combate às formas de pensamento reacionário”, p. 126-132.
9. As últimas linhas do ensaio esclarecerão de vez a posição do historiador: “Fernando Pessoa foi poeta e por sua obra deve ser julgado. Tudo o mais é acidental e de importância secundária, comparado à poesia que deixou” (HI, 298).
10. Em datas posteriores ao trabalho de Iglésias, foram publicadas duas coletâneas com os artigos políticos de Fernando Pessoa. Uma em três volumes, sob a responsabilidade de Joel Serrão [1979-1980] e a outra, em dois volumes, sob a responsabilidade de Antônio Quadros [1986]. Para informações sobre estas e para uma leitura menos “literária” e menos contundente da problemática ideológica pessoana, consultar: Antônio Costa Pinto, “Modernity versus Democracy? The mystical nationalism of Fernando Pessoa”, in: *The intellectual revolt against liberal democracy 1870-1945*. Jerusalém: The Israel Academy of Sciences and Humanities, 1996, p. 343-355.
11. O tom dogmático no poema e na reflexão social se dobra em Fernando Pessoa pelo elogio da matemática como lógica superior e transitável por cima das diferenças discursivas. Segundo ele, “um poeta que saiba o que são as coordenadas de Gauss tem mais probabilidade de escrever um bom soneto de amor do que um poeta que o não saiba” (v. para este e outros exemplos HI, 270).
12. A contradição entre discursos dogmáticos, por sua vez, tornará pouco eficientes, ou inúteis, outras formas de discurso praticadas pelo poeta, por exemplo o jornalístico. Pessoa “não se definia, ou era contraditório e paradoxal, impróprio para o jornalismo, para o doutrinário ou proselitista” (HI, 250). O discurso jornalístico, acrescentamos, torna-se panfletário e o doutrinário, partidário.
13. Ver, a propósito, a leitura que faz do livro *Mensagem*, HI, 287-291.

Resumo

O autor discute a preferência do historiador Francisco Iglésias pela análise, no campo da literatura, da obra multifacetada de Fernando Pessoa, cujos traços conservadores e até mesmo reacionários são reconhecidos. Essa escolha, em contradição com os princípios progressistas dos intelectuais pós-Estado Novo, que elegiam como guia a poesia política de Carlos Drummond, se explica pelo estágio que faz na Universidade de São Paulo, onde o combate ao reacionarismo é ordem. Iglésias consegue identificar os traços reacionários no discurso sócio-político e econômico de Fernando Pessoa, mostrando, ao contrário de outros historiadores, como não tocam o potencial lírico e crítico do discurso propriamente poético.

Palavras-chave

Francisco Iglésias, discurso sócio-político e econômico de Fernando Pessoa, conservadorismo, reacionarismo, princípios progressistas dos intelectuais pós-Estado Novo

Abstract

The author discusses the choice made by the historian Francisco Iglésias when he elects for analysis, in the field of literature, not the poetry of Carlos Drummond but the works of the poet Fernando Pessoa. The Portuguese poet is well-known for his conservative thought. This choice is in evident contradiction with the political principles defended by his own generation, but it can be explained by the fact that the historian from Minas Gerais spent some time at the Universidade de São Paulo, where the law was the fight against the reactionary thought. Iglésias identifies the conservative traces in Pessoa's socio-political and economical discourse and, at the same time, shows how these traces do not affect the lyrical and critical forces of his poetic discourse.

Key-words

Francisco Iglésias, socio-political and economical discourse of Fernando Pessoa, conservative and reactionary thought, political principles defended by his generation